



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos**

Processo n.º 11138/2018

Assunto: SEMAI – Aquisição de No Breaks, Estabilizadores e Módulos Isoladores.

Parecer n.º 200/2019

1. Retornam os autos do processo com vistas à formação de registro de preços para a eventual aquisição de no breaks, estabilizadores e módulos isoladores, albergando Termo de Referência ajustado, em virtude de pedido de esclarecimento formulado por duas licitantes acerca dos termos do Edital n.º 10/2019.

1.1. A RR Vision Comercial Ltda. sugeriu a inclusão da certificação pelo INMETRO dentre as especificações dos itens a serem adquiridos, por força de imposição normativa, consoante Portaria n.º 139/2008, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que se refere à Portaria Inmetro n.º 262/2007 (docs. n.ºs 40576/2019 e 40580/2019).

1.2. De seu turno, a RGT Eletrônica Eireli questionou acerca do atendimento da NBR 14373:06, que fixa requisitos mínimos de desempenho e segurança para estabilizadores de tensão monofásica ou bifásica, com saída de tensão alternada, com tensão nominal até 250 V em potências de até 3 KVA/3KW, destinados a equipamentos eletrônicos, de informática e de telecomunicações.

1.2.1. A retromencionada empresa indagou ainda acerca da aplicação, no procedimento licitatório, do direito de preferência para as indústrias nacionais e da obrigatoriedade da solicitação do comprovante de registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade Válido.

2. Em atenção à diligência solicitada pelo Pregoeiro (doc. n.º 44429/2019), a Unidade técnica ratificou a necessidade de alteração das especificações dos itens 1 e 3 do TR, para adequação aos termos da Portaria Inmetro n.º 262/2007, *“que estabelece normatizações e parâmetros para a fabricação de estabilizadores a partir do ano de 2009 segundo critérios expressos na NBR 14373:2006”*.

2.1. A Seção de Manutenção dos Cartórios do Interior também indicou que os no-breaks (item 2) deverão ser fornecidos em conformidade com a NBR 15014:2003, cabendo, portanto, a adequação do TR quanto a mais este aspecto.

2.2. Quanto às alterações efetuadas no novo TR acostado aos fólios (doc. n.º 49125/2019), verificamos que no Anexo “A”, no rol de especificações do item 3, a referência à exigência de certificado de conformidade com a NBR 14373:2006 encontra-se duplicada.

3. Acerca da imposição do direito de preferência para as indústrias nacionais, consoante prescrito pela Lei n.º 8248/91 e pelo Decreto n.º 7174/10, em que pese a incerteza dessa Assessoria de Licitações e Contratos quanto à natureza dos bens que se pretende adquirir (os mesmos são considerados bens de informática e automação?), entendemos que a inserção da subseção II, da Seção VII, nos moldes do TR padrão (Do Direito de Preferência) não acarretará quaisquer prejuízos ao certame, em vista da necessidade de comprovação de atendimento dos requisitos necessários para a concessão do benefício, nos moldes da condição 7.22 do edital. De tal sorte, para além da mera declaração da licitante (prevista na condição 7.17), a preferência só será concedida diante de evidência de atendimento ao regramento que rege a matéria.

3.1. Por oportuno, trazemos a lume o quanto estabelecido pelo art. 4º, da Portaria n.º 950/2006, *in verbis*: “O MCT dará publicidade, no Diário Oficial da União e em sua página eletrônica na Internet dos produtos e respectivos modelos que obtiverem o reconhecimento da condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, cujo respectivo ato servirá de prova para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 5.906, de 2006, e no art. 3º, inciso I, da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e sua regulamentação”.

4. Quanto à apresentação do CTF/APP do fabricante dos produtos, entendemos, salvo melhor juízo, que a exigência não é cabível *in casu*, por se tratar de atributo do fabricante e não da mercadoria que, inclusive, poderá ser fornecida por empresas que não atuam na produção dos bens.

5. Recomendamos que a Seção de Análise e Aquisição avalie se as alterações das especificações dos itens trarão repercussões no preço médio estimado, realizando nova pesquisa de mercado, caso necessário.

6. Após as medidas ora alvitradas, o edital deverá ser republicado.

É o parecer.

Salvador, 26 de março de 2019.

**Claudia Costa**  
*Analista Judiciário*